

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte Journal do Brasil Class.: AM-Madeira  
 Data 05.11.87 Pg.: 14

# Funai contrata madeireira para explorar área indígena

Thais de Mendonça

A Funai está permitindo a exploração das terras indígenas de Rondônia, dando passe livre a empresas madeireiras, através de contratos sigilosos. O presidente da Funai, Romero Jucá Filho, assina um desses contratos, firmado em Brasília em setembro com a Madeireira Várzea Grandense, para retirar 55 mil metros cúbicos de mogno e cerejeira das reservas do Vale do Guaporé. O valor deste contrato, a preços atuais, seria de CZ\$ 5 bilhões.

Um outro documento, em papel timbrado da Funai, consolidou a transação com a Madeireira Noroeste para explorar a madeira da área indígena do Rio Branco, no município de Rolim de Moura (RO), com o aval do superintendente executivo da entidade, Eraldo Fernandes da Silva, responsável pela setor que engloba os estados de Rondônia, Acre, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Em fins de outubro o líder do PFL na Assembléia Legislativa, Silvernani Santos, denunciou os contratos, o que motivou corte de recursos que a Funai recebia do Banco Mundial.

No dia 4 de outubro, no acampamento indígena Marco 27, oito chefes de postos da própria Funai na região tiveram um encontro para deliberar o que fazer diante do avanço das madeireiras, que já chegaram ao rio Piolho, terra dos índios mequéns. Eles denunciaram o processo de aliciamento dentro das tribos — onde os mateiros oferecem dinheiro para conseguir colaboradores — e revelaram a existência de outras firmas que estão trabalhando na derrubada, protestando contra os contratos clandestinos e o "roubo da madeira", à revelia das comunidades.

### Empresas não são conhecidas

Não se sabe quando começaram a ser firmados os contratos entre a Funai e as empresas madeireiras, a maioria delas desconhecida na região. Algumas usam nomes poéticos, como Pôr-de-Sol e Arco-íris, para encobrir a devastação que já assume proporções preocupantes, segundo os ecologistas.

A denúncia que motivou a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembléia Legislativa de Rondônia envolve a firma Unimar e a Funai, num contrato celebrado a 15 de agosto também para retirar madeira do Guaporé. Segundo o deputado Silvernani Santos (PFL), a Unimar seria uma empresa fantasma, cujo endereço é desconhecido na cidade de Jarú (RO).

Num outro contrato com a Madeireira Noroeste, os responsáveis pela exploração vão dar algum dinheiro aos índios. Sua área de interesse é Rio



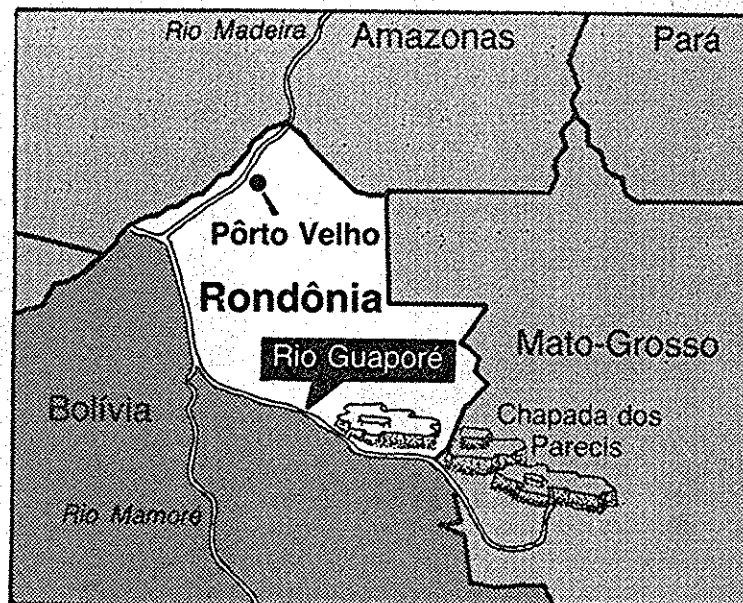
Jucá assinou contrato

**Sem dinheiro** — O Vale do Guaporé era, até bem pouco tempo, considerado um santuário ecológico. Estendendo-se ao longo dos 1 mil 716 quilômetros do rio Guaporé, a partir da serra dos Parecis, o Vale se espalha entre dezenas de pequenos e médios cursos d'água, apresentando ecossistemas distintos, com vegetações típicas de áreas de pântano, savanas e floresta tropical. Pois o rio, depois de atravessar o Mato Grosso, segue para Rondônia, fazendo a fronteira natural com a Bolívia e muda de nome, ao receber as águas do Mamoré.

Quando as madeireiras falam de área indígena do Vale do Guaporé, elas estão se referindo a uma extensão de cerca de 300 mil hectares onde vivem 600 nambiquaras e 80 mequéns, uma tribo em extinção. Para os

Branco, no município de Rolim de Moura (RO), reserva dos índios mequéns. No documento que o representante da firma, Manoel Antônio Alves Menezes, assinou com o chefe da 2ª Superintendência da Funai, em Cuiabá, em setembro, o preço do metro cúbico de mogno — cujo preço mínimo é Cz\$ 8 mil, em bruto — foi fixado em CZ\$ 1 mil 500. A Funai se compromete a manter este preço, no caso de prorrogação do acordo, cujo prazo é de 12 meses, "ante o surgimento de condições climáticas adversas", até a retirada de toda a madeira contratada: 5 mil metros cúbicos.

A Noroeste pretende abrir uma estrada de 15 quilômetros da fazenda São Francisco à sede do posto indígena, construir uma enfermaria e ampliar a pista de pouso, comprar um Toyota, 20 cabeças de gado girolândia, um touro e quatro burros.



As madeireiras estão atuando ao longo do Guaporé

antropólogos, a região do Guaporé é o berço dos tupis, ainda presentes aí em inúmeros grupos lingüísticos, muitos não estudados. Para os historiadores, sua importância deriva do fato de ser justamente o limite entre as terras espanholas e portuguesas e, por isto, ter marcado a ocupação, já em épocas muito remotas.

O contrato "para alienação de madeira para fins de atendimento da comunidade indígena do Vale do Guaporé", firmado entre os representantes da Funai, Romero Jucá Filho, e da Madeireira Várzea Grandense, Wilson Piovesan Pompermyer, estabelece a "permuta de 15 mil metros cúbicos de cerejeira e 40 mil de mogno por bens e serviços": construção de seis pistas de pouso, abertura de 267 quilômetros de estradas, ligação com a rodovia BR-364 (Cuiabá-Porto

### Chefes de postos protestam

No primeiro domingo de outubro, às oito horas da manhã, no coração da Amazônia, houve uma reunião secreta. Para ela haviam sido convocados representantes das tribos Alantesu, Uasusu, Manairisu, Negaroté, Nambiquara e Sararé e os chefes de postos da Funai na área. Todos estavam cientes do objetivo do encontro: tentar deter a sanha devastadora das serras elétricas, que começou pelos marcos 40 e 115 do rio Piolho para estender-se sobre boa parte do Vale do Guaporé, povoado por remanescentes dos antigos tupis.

O manifesto assinado pelos indígenas responsáveis pelos postos — e ratificado pela presença dos índios — propôs a "não aceitação de qualquer projeto de aproveitamento do recurso natural das reservas que não parta da própria comunidade interessada" e denunciou vários contratos celebrados entre a Funai e as madei-

reiras, reforma de postos indígenas, escolas e postos de enfermagem.

Manter os postos indígenas e toda a infra-estrutura necessária ao trabalho de seus funcionários é atribuição da Funai, de acordo com seus estatutos. Nenhuma das 16 aldeias de nambiquaras que se distribuem pela área registra em seu patrimônio qualquer avião.

O documento, com 13 cláusulas, não fala em dinheiro. Mas como o metro cúbico de tábuas de mogno no mercado de Cuiabá está cotado a CZ\$ 12 mil (no Rio pode chegar a CZ\$ 18 mil) e o de cerejeira, a CZ\$ 10 mil (CZ\$ 14 mil no Rio), o contrato renderá CZ\$ 4 bilhões 950 milhões à madeireira. Em troca, ela deixará a região pontilhada de pistas de pouso e cortada por estradas, que facilitarão a entrada de novos exploradores.

reiras, "de maneira escusa, à revelia das comunidades indígenas, sem levar em consideração os usos, costumes, estágio de aculturação e lugares sagrados para os índios da região".

As madeireiras Várzea Grandense, Melpar e Pôr de Sol são acusadas de terem feito acordos clandestinos com "lideranças" indígenas não reconhecidas pela tribo inteira, "colocando os índios involuntariamente como colaboradores do enriquecimento ilícito de terceiros". Os nove chefes de postos que assinam o documento rebelaram-se contra as atitudes da cúpula da Funai, que está usando "os recursos naturais das reservas para manutenção dos postos". Favoráveis à criação de um Conselho Indigenista, eles vêm promovendo reuniões nas tribos e nos postos, pregando participação nas decisões que envolvem as áreas de reserva. (T. M.)